

Covas quer limitar cargos de Ulysses

O senador eleito Mário Covas propôs ontem que as sessões do Congresso Nacional ocorram nas manhãs de terça, quarta e quinta-feiras, para deliberar apenas sobre os projetos de lei que o Palácio do Planalto encaminharam à Casa. Os parlamentares dedicarão os demais dias da semana, no período que for necessário, aos debates para a feitura da nova Constituição. Desta forma Covas acredita que será evitado o problema levantado pelo deputado Ulysses Guimarães, que defende a simultaneidade dos trabalhos sob comando único, como forma de evitar o "choque" entre duas estruturas diferentes que usarão os mesmos funcionários.

Covas não concorda que Ulysses Guimarães esteja "atrás de acumular cargos" e faz questão de ressaltar que sua proposta é para ser colocada em prática só se surgirem conflitos resultantes da dualidade de poder em ambas instâncias. Destaca, inclusive, que há um ano votou no deputado para presidir nacionalmente o PMDB e garante que os demais colegas que acompanharam o voto — a eleição foi decidida por unanimidade — sabiam que Ulysses pretendia presidir também o Congresso Constituinte.

"Terá meu apoio também para este cargo, que enriquecerá a Assembléia. Mas durante o período que durar a elaboração da Carta, não temos o direito de exigir dele duas tarefas tão árduas. Acho, então — e já disse a ele —, que no intervalo da Constituinte o dr. Ulysses deve se licenciar da presidência do PMDB, pois a Constituinte é o fato político mais importante do País nos últimos 20 anos", afirmou Covas.

O senador defende também a existência de Mesas diversas para dirigir a Câmara e a Assembléia Constituinte, acreditando que pequenas alterações no Regimento Interno da Casa tornariam a sugestão possível. "Não que duvide da capacidade de Ulysses Guimarães executar todas as tarefas que desejar, mas não podemos jogar tudo nas costas dele", observa Covas. Sua iniciativa, se concretizada, reduz substancialmente as aspirações do deputado, que ficaria "apenas" com a presidência do Congresso Constituinte, deixando a da

Presidências serão do PMDB, afirma o líder

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO
Líderes do PMDB, a começar pelo deputado Pimenta da Veiga, não acreditam na viabilidade de uma candidatura do PFL a presidente da Câmara, para tentar explorar desalinhamentos no partido majoritário, diante do anunciado confronto entre Ulysses Guimarães e Fernando Lyra. "Os presidentes da Câmara, do Senado e da Constituinte — assegurou o líder — serão do PMDB".

Pimenta da Veiga defendeu uma composição com o PFL e outros partidos na organização das mesas diretoras, seguindo a tradição e o critério da proporcionalidade de cada bancada. Na bancada do PFL da Câmara, por exemplo, já surgiu a candidatura do deputado mineiro Homero Santos a 1º vice-presidente — cargo que ele ocupou na outra legislatura. Tudo indica, porém, que o PMDB queira assegurar a presidência e a 1ª vice-presidência, deixando a 2ª vice-presidência ao PFL e promovendo composições com o PDS, PDC, PTB e PT nas quatro secreta-



Barbalho defende o acúmulo de Ulysses

BELEM
AGÊNCIA ESTADO
O governador do Pará, Jader Barbalho, considera não apenas normal e legal, como desejável, que o deputado Ulysses Guimarães acumule a presidência da Assembléia Nacional Constituinte com a presidência da Câmara Federal. Barbalho, que comandou uma ampla vitória do PMDB no Estado, vê duas justificativas para essa acumulação: "Uma é operacional, facilitando os trabalhos simultâneos da Câmara e da Constituinte. A outra seria política: é uma honra para a Constituinte e a Câmara ter alguém como Ulysses na presidência das duas casas". Quanto ao fato de que o presidente do PMDB também é vice-presidente da República, Barbalho diz que é "um acaso", devido ao falecimento de Tancredo Neves e sua substituição por José Sarney. "Mais uma vez o governador paraen-

se não quis fazer comentários sobre a possibilidade de passar a fazer parte do Ministério Sarney a partir de março, com a reforma do governo: "Seria um despropósito e um cabotismo porque o presidente em nenhum momento me falou sobre isso. E qualquer ministro que chegasse ao governo sem ser convidado pelo presidente ficaria numa situação desconfortável", disse Barbalho, tido como cotado para os Ministérios de Minas e Energia, Interior e Reforma Agrária. Mas admitiu que, se for convidado, "será uma honra". Também reconheceu que os governadores eleitos — e não os que encerram seus mandatos — têm o direito de reivindicar participação de seus Estados no Ministério. Só que não viu motivos para as queixas do governador eleito de Minas Gerais, Newton Cardoso, "porque os mineiros já estão representados. Nós, da Amazônia, é que ficamos sem ninguém depois que o ministro Nelson Ribeiro saiu".

Maciel defende Mesa proporcional na Câmara

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO
O ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, defendeu ontem o respeito à proporcionalidade partidária para compor a Mesa da Câmara dos Deputados, devendo a presidência ser ocupada pelo PMDB. Maciel, no entanto, não quis comentar se manteria sua posição caso o PMDB não chegasse a um entendimento: "Enquanto favelista só posso me pronunciar depois que o PMDB se definir, caso contrário, estaria me imiscuindo em questões internas". Não só como integrante do PFL, lembrou, mas "também na condição de ministro de Estado não devo me manifestar sobre composição de outro poder". Marco Maciel chamou a atenção para o fato de que a eleição para a presidência da Câmara irá definir o segundo cargo da República — o de vice-presidente —, o que, em sua opinião, estará acertado até o final de janeiro.

derrotado nas eleições. Maciel citou os números que levaram o PFL a ser a segunda maior bancada parlamentar, "dentro das previsões": 118 deputados federais e 17 senadores. O ministro acha que essa segunda força deverá manter o apoio ao governo, pois entende que a vontade de alguns liberais de rever a posição do partido decorreu das "emoções" do pleito de novembro.

Em seu encontro de ontem com jornalistas, o ministro, também dirigente do PFL, considerou incorretas as avaliações de que o seu partido foi

PTB espera ter Jânio e Ermírio

O PTB já se prepara para a sucessão do prefeito Jânio Quadros, em 1988. As principais lideranças estão trabalhando com o objetivo de organizar e fortalecer o partido, visando, sobretudo, a convenção estadual, que se realizará dentro de 90 dias. O PTB está entusiasmado com os resultados das eleições de novembro, como deixou claro ontem o deputado federal Farabulini Júnior, que não tem nenhuma dúvida quanto ao retorno de Jânio Quadros ao partido: "Creio que falta apenas a devida oportunidade. O prefeito voltará ao PTB no devido tempo". Acrescentou que pedirá ao ex-candidato ao governo Antônio Ermírio de Moraes que permaneça no PTB.

Farabulini Júnior reconhece que a campanha eleitoral de novembro foi muito difícil, mas aponta com entusiasmo os resultados finais do partido: nove candidatos eleitos (ou reeleitos) deputados federais, e a bancada contará ainda com Dirce "Tutu" Quadros, que deverá ingressar no PTB, e eleição (ou reeleição) de dez deputados estaduais. O PTB tem ainda sete vereadores, com mandato até 1988. O parlamentar pretende organizar o partido no Interior, "para ombrear com o PMDB e o PT, hoje com forte influência sobre os sindicatos".

Farabulini Júnior não pensa apenas no fortalecimento do partido, na sucessão de Jânio Quadros e no ingresso de novos políticos. Considera necessário que o PTB comece a fazer uma avaliação, a partir de janeiro, do quadro político brasileiro, para tomar uma posição quanto à eleição da Mesa da Câmara Federal dos Deputados. Até o momento, Farabulini não detectou nenhuma tendência no partido nessa área. Deixou claro, porém, que nada impede "o apoio do PTB ao deputado Ulysses Guimarães".

Montoro vai "agradecer" pelo Interior

A partir de janeiro, o governador Franco Montoro pretende percorrer os 42 escritórios regionais de governo (ERGS) para agradecer a todos os prefeitos e políticos pela colaboração prestada ao longo de sua administração. O roteiro da viagem está sendo elaborado pelo secretário Chopin Tavares de Lima, do Interior.

Montoro lembrou que foi dentro do seu programa de descentralização e participação que conseguiu os melhores resultados administrativos. Confirmou que essa viagem tem um objetivo político, pois foi através dessa colaboração que se conseguiu também uma mudança nos destinos do País e na construção da democracia.

Bispo diz que Igreja fará política em 87

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO
O bispo Edmundo Kunz garantiu ontem, em Porto Alegre, que a Igreja continuará a atuar politicamente em 1987, ressaltando que "duas linhas de trabalho impõem-se nesta fase de nossa história: dentro do Congresso, a aliança firme e sem rachas dos constituintes, que têm compromisso com a sua consciência pessoal e com a alma popular, para em bloco defender um programa mínimo de promoção dos valores humanos e cristãos; fora da Casa do Congresso, a mobilização do povo e sua saída às ruas, para exigir que na futura Constituição não sejam postergados esses mesmos valores éticos e religiosos fundamentais".

Falando no programa radiofônico semanal *Voz do Pastor*, de responsabilidade da Arquidiocese Metropolitana de Porto Alegre, o bispo comentou que "vivendo dentro e não ao lado de um mundo em contínua transformação, a Igreja tem a missão de inserir-se nas novas condições desse mundo. Fiel ao Evangelho, compete-lhe não fugir do mundo, mas agir nele como fermento dentro da massa para transformá-lo". Depois de observar que "a nova forma de a Igreja ser tem a intenção de tornar presente o exemplo e modelo de uma sociedade para esse ocaso do segundo milênio", d. Edmundo Kunz frisou: "A organização da comunidade eclesial de base, que questiona a sociedade atual, que defende e integra em seu selo os mais marginalizados, que enfatiza a dimensão ética do mundo humano, aponta para uma sociedade alternativa de inspiração evangélica, realmente participativa e fraterna. Nós, cristãos, a partir de nossa fé e de nossa comunidade, tentaremos anunciar que é possível construir uma pátria digna, decente, justa e solidária".



Passarinho e Delfim, estrelas do novo PDS

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO
Dois ministros dos governos militares, Jarbas Passarinho e Delfim Neto, serão as grandes estrelas do PDS na Assembléia Nacional Constituinte, segundo previsão unânime dos observadores políticos de Brasília. Eles vão contribuir para ampliação dos espaços do partido, tarefa de que se desincumbem, praticamente sozinho, seu líder na Câmara, Amiral Neto, através de pronunciamentos agressivos e ações espetaculares.

regime militar. Projetou-se com isso, sendo o único deputado eleito pelo PDS do Rio.

A eleição de Passarinho para o Senado elevará o conteúdo do debate parlamentar. Ela lança, novamente, na cena um político de ideias definidas, que foi considerado, com Paulo Brossard, o melhor orador do Senado no período de 1974 a 1982. Eleito senador por estranha coligação de forças que incluiu PMDB, PDS e os dois partidos comunistas, sob o patrocínio do presidente José Sarney, Passarinho tem colocado o PDS, sem muita dificuldade, no noticiário. Citando o falecido presidente Tancredo Neves, fundador do PP, anuncia que desenvolverá oposição responsável e confiável ao governo e não ao regime. Dispõe-se a elaborar o projeto da futura Constituição, sob a supervisão do jurista Miguel Reale, para tranquilizar setores da sociedade assustados e com o caráter socializante e com a inclinação estatizante de áreas do PMDB.

Os pedessistas sempre se queixaram da má vontade dos jornalistas e dos meios de comunicação, em virtude de seu apoio ao regime militar e à candidatura Paulo Maluf a presidência da República. Chegaram mesmo a acusar a imprensa de responsável pela impopularidade de seu candidato.

Outro nome do PDS, mais polêmico que Passarinho, será o ex-ministro do Planejamento Delfim Neto. Ele tem todas as condições para gerar notícias pelo tom duro, por uns considerado até debochado, com que critica o Plano Cruzado. Nisso contará com a preciosa ajuda do ministro do Planejamento do governo Castello Branco, senador Roberto Campos, outro inelencível opositor da política econômico-financeira da Nova República. Eles poderão motivar o partido, revertendo a tendência à autodissolução do PDS, preconizada em Minas pelo ex-ministro da Indústria e do Comércio e líder no Senado, Murilo Badaró, e pelo deputado Bonifácio de Andrada.

Bonifácio fará coordenação

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) será o coordenador da bancada do maior partido de oposição na Assembléia Nacional Constituinte, caso Amaral Neto (RJ) seja mantido na liderança. A informação foi prestada, ontem à tarde, em Brasília, pelo líder do PDS na Câmara.

Amaral negou que Delfim Neto (PDS-SP), Konder Reis, Henrique Córdova (PDS-SC) e Gérson Peres (PDS-PA), entre outros, venham a compor a Grande Comissão da Constituinte, pois não há nada definido sobre quem participará dela. "Quem vai decidir é a bancada".

"O Andradinha — acrescentou Amaral — é ainda o meu vice-líder e não disputará a liderança. A única coisa que ele pleiteia é permanecer ali. Vai coordenar a bancada do PDS junto à Assembléia Nacional Constituinte."

O líder do PDS lembrou que dos 33 deputados que seu partido elegeu, 19 são novos. Ele vai reunir para um coquetel de confraternização, dia 29, as bancadas do PDS na Câmara e no Senado.